

RAINHAS PIRATAS E OUTRAS SENHORAS DO MAR

Carla Cristina Garcia
Pontificia Universidade Católica de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

Afirmar que a guerra e a aventura - parte substancial da trama social, política e econômica da sociedade ocidental, tem sido uma prática na qual historicamente se tem implicado mais homens que mulheres não parece uma generalização abusiva. Mas ignorar as circunstâncias e os modos pelos quais as mulheres também participaram na cultura e nas práticas da aventura, da guerra ou da pirataria significaria, sem dúvida, ocultar a experiência histórica feminina e negar-lhes toda a capacidade de compromisso com a realidade.

Visionárias, rebeldes, aventureiras ou revolucionárias, estas mulheres que triunfaram ou foram derrotadas no campo de batalhas marítimas ou terrestres, têm a trajetória de suas vidas profundamente marcada pelo contexto histórico e social no qual suas ações se desenvolveram.

Partindo desse ponto de vista, um dos objetivos deste artigo é fazer uma aproximação às construções que na cultura ocidental habitualmente serviram de modos de representação as maneiras de se vincular ativamente as mulheres as aventuras e as guerras. É preciso verificar também as dinâmicas interpretativas a que estas construções se prestaram, dinâmicas polifônicas que acolheram visões androcêntricas, mas também ginocêntricas.

Trata-se de uma aproximação as histórias e aos feitos de rainhas piratas, aventureiras e guerreiras, aos modos e circunstâncias de sua participação ativa nos conflitos e aos códigos de representação que visibilizaram tais experiências para que se possa produzir uma reflexão sobre a importância que tiveram nas aventuras e nas guerras de seu tempo.

2. AVENTURAS DE MULHER

Em um de seus relatos de viagem, Isabelle Eberhard, reivindica o direito a vagabundear. Para ela, vagabundear, levar a vida percorrendo caminhos era o significado da liberdade:

Romper um dia resolutamente todas as travas com que a vida moderna e a debilidade de nosso coração, sob o pretexto da liberdade, carregaram nosso gesto, pegar o bastão e as alforjas simbólicas e ir-se. Para quem conhece o valor e também o delicioso sabor da solitária liberdade (pois nunca se é mais livre como quando estamos sozinhos) o ato de ir-se é o mais valente e belo. (...) Ser estrangeiro e ao mesmo tempo sentir-se em casa em todos os lugares, e sair, solitário e digno para conquistar o mundo. O autêntico vagabundo, sentado às margens dos caminhos e contemplando o horizonte livre que se abre diante dele não é o senhor absoluto das terras, dos mares e dos céus? (Eberhard, 2001:33)

Em seus escritos, Eberhard coloca em tela de juízo as ideias recebidas, esclarece a gênese de sua própria vida de viajante e inscreve-se dentro de uma longa linhagem de aventureiras. Sua curiosidade pelo mundo e a busca de sua própria verdade passavam pela coragem de desobedecer, de ser aventureira e vagabunda. É preciso não esquecer, entretanto, que na cultura ocidental palavras como aventureiro e vagabundo têm significados absolutamente diferentes quando ditas no feminino.

Falar em aventura é falar de homens movidos pela paixão pelos confins do mundo. A palavra aventureira não evoca nem partidas, nem distanciamento, nem viagens, mas sim ambição, intriga, amor interesseiro. No século XX, quando a aventura adquire o sentido que lhe dá Malraux – ir mais longe – as aventureiras não são as mulheres que partem para conhecer o desconhecido. É preciso acrescentar um qualificativo para distingui-las das cortesãs: as grandes aventureiras. Mas este é um esforço inútil: “Os

homens têm as viagens, as mulheres os amantes” (apud Lapierre 2007:4) ironiza o mesmo Malraux. Para os homens, portanto, a conquista das terras, para as mulheres a conquista dos homens.

Quando se trata de ilustrar o espírito de aventura, a história - escrita por homens - retém nomes como os de Marco Polo, Cristóvão Colombo, Magalhães. Na sombra fica Egeria, nascida no século IV no lugar que hoje chamamos de Galícia e que escreveu um importante livro de viagens detalhando seu caminho até a Terra Santa. (Cid López, 2010).

Ou Isabel Barreto, navegante espanhola do século XVI, que teve em suas mãos o comando de uma expedição na conquista da América e obteve o título de almirante. (Sainz de Robles, 1959)

Entretanto, as aventuras tem sido e são domínios tanto dos homens quanto das mulheres desde os tempos mais remotos, mesmo que a imensa maioria delas tenha sido esquecida. A aventura e a guerra tem sido motivo de reflexões e posicionamentos coletivos ou individuais para as mulheres de todas as épocas históricas, independentemente do fato de que suas vozes - de protesto ou beligerantes – fossem ou não escutadas.

Até a poucas décadas atrás, era muito difícil encontrar testemunhos de mulheres viajantes, aventureiras ou guerreiras anteriores ao século XVIII, época das grandes expedições. Mas nos últimos anos, parte da crítica histórica feminista apostou em uma postura radical. Muitas estudiosas e historiadoras feministas desenvolveram estilos de investigação diferenciados depois de terem se dado conta de que a escuta das vozes de mulheres medievais desmentia categoricamente a ideia de que naquele tempo não havia mais do que silêncio.¹

Tendo como pressuposto o fato de que as circunstâncias históricas impossibilitaram o registro das contribuições das mulheres exploradoras, viajantes e aventureiras, e dos diversos papéis assumidos pelas mulheres em momentos de conflito armado, passaram a fazer uma verdadeira reconstrução da história analisando as relações entre o poder e o saber que presidiram esta exclusão, os critérios de autoridade, os entraves sociais e o silenciamento posterior de protagonistas exiladas, que apesar de tudo existiram.

Para além do silêncio, existem palavras que foram ditas, escritas e que tiveram um âmbito de ressonância algumas vezes amplo, outras vezes mais subterrâneos e menos perceptíveis. De qualquer modo, todas compartilharam o mesmo destino: a condenação à lenta desaparecimento não apenas mediante condenações e fogueiras, mas também por meio da *dominatio memoriae*: a queda no esquecimento, o silêncio – este sim real e de peso – da cultura dominante para com elas.

O desaparecimento das vozes de mulheres medievais, por exemplo, e dos valores culturais de que foram portadoras fizeram com que DUBY pudesse afirmar explicitamente que a Idade Média foi uma época masculina e que as mulheres só poderiam ser encontradas filtradas pelas palavras e ou expressões dos homens. (1989).

Entretanto, décadas de pesquisa têm trazido à luz uma quantidade enorme de nomes e recuperado uma variedade tão imensa de histórias de mulheres medievais que não se necessita mais sequer pensá-las como a ponta de um iceberg, metáfora com que Johnston (1987), justificava no final década de 1980 a possibilidade de reler uma mulher como Hildegard Von Bingen partindo de um interesse feminista. Atualmente podemos vê-las como peças de quebra-cabeças, suficientes ao menos para nos permitir intuir os contornos da figura e do conjunto a ser reconstruído.

Para tanto, as estudiosas postularam a necessidade de se esclarecer uma série de questões prévias: perfilar um modelo de crítica feminista e introduzir modelos históricos e genealógicos alternativos. A proposta de modelos históricos alternativos buscaria resgatar do esquecimento as contribuições das mulheres em geral como coletividade na teoria e na prática social. O uso da noção de genealogia deveria contemplar em primeiro lugar a genealogia como método desconstrutor das relações de poder presente no saber e o seguimento de suas redes de exclusão e de construção de conceitos.

E em segundo a construção de uma genealogia feminina que recuperasse protótipos literários e mitológicos, galeria de mulheres ilustres tendo como objetivo a construção do imaginário, da simbologia,

1) Destaca-se aqui a produção de estudos e publicações feitas pelo Centro de Investigações Feministas da Universidade de Barcelona: Duoda. Cf. In: <http://www.ub.edu/duoda/web/bienvenida.php?lang=1&t=00>

da memória e da presença feminina e que incluísse, portanto, mulheres reais e fictícias, feministas ou não.

Para Elaine Showalter, desde Mary Wollstonecraft, existiram poucas mulheres que se converteram em ídolos feministas, em símbolos de aspiração que exerceram um poder tanto espiritual quanto psicológico sobre as mulheres: “Ainda que não apareçam em antologias, conferências, livros dedicados a personagens notáveis e legendários, estas mulheres constituíram uma verdadeira tradição subterrânea e subconsciente na medida em que sucessivas gerações de filhas rebeldes e aventureiras as redescobriam e reinventavam.” (Showalter, 2002:14)

Para a autora, as mulheres que se converteram em ídolos feministas são conhecidas por seu valor e pela variedade de matizes com que lutavam para levar uma vida plena, que rompiam todas as regras e seguiam sua própria senda: eram mulheres decididas a experimentar o amor, as vitórias e se empenharam para que suas vidas fossem relevantes.

Em 1917, a antropóloga Ruth Benedict planejou escrever um livro que intitularia “Aventuras de mulher!”. Desejava falar sobre a inspiração tão intensa que recebia da vida de mulheres mais valentes que fizeram de sua vida uma aventura apaixonante.

Reivindicar nossos ídolos feministas é um passo necessário em nossa memória coletiva. No século XX as mulheres conseguiram enormes benefícios, mas ainda carecemos de um sentido do passado feminista. Outros grupos celebram suas figuras heroicas, mas as mulheres não tem um dia oficial para comemorar o nascimento ou a morte de nossas grandes heroínas. Tanto se viveram no século XVII, XIX ou XX, todas viveram a frente de seu tempo. (...) necessitamos saber mais sobre os modelos de nossa própria tradição para atuar, e para discutir sobre suas escolhas cuja inquietude e espírito de aventura fazem delas nossas heroínas, nossas irmãs, nossas contemporâneas. (Showalter, 2002:15)

Nesse sentido, se poderia talvez reconhecer uma síntese cultural alternativa aquela que confeccionou o pensamento escolástico medieval que teve entre seus fundamentos a exclusão material e simbólica das mulheres.

A herança que nos transmitem essa vozes do passado pode ser lida a partir de um olhar mais sutil e refinado, que nos permita articular, de uma maneira mais complexa do que a simples contraposição frontal - entre o papel social de homens e mulheres - as opções que haviam na cultura medieval que possam revelar a presença de aspectos hoje esquecidos mas de grande valor na cultura destes séculos nos quais no ocidente cristão, se misturaram pessoas de origem latina com populações e grupos étnicos e de culturas diversas (pode-se imaginar o contraste entre o enlace patriarcal dos deuses Greco-romanos e a figura da Grande Deusa venerada pelos celtas), enquanto que a mensagem cristã de um Deus que se fez carne em um corpo de mulher era assimilado, não sem dificuldades e contradições, ao pensamento filosófico grego no qual a dicotomia entre espírito e matéria havia se assentado como categoria fundamental.

Desse modo, pode-se dizer que ao contrário do que maior parte dos livros conta, tanto no imaginário coletivo quanto na realidade histórica as mulheres medievais tiveram um protagonismo muito maior do que a história oficial – escrita por homens - reconheceu: “*A direita da pirâmide estão os que lutam tanto homens quanto mulheres. Não digo que a função das mulheres era a de lutar, mas que estão casadas com os que lutam e a eles devem servir.*” (Duby, 1994:374).

A partir dos estudos das historiadoras e filosofas feministas das últimas décadas, já se pode afirmar que as mulheres não são apenas as que servem aos que lutam, mas que lutam também por vontade própria: a aventura da guerra não foi uma prerrogativa masculina. Por toda Europa se contam histórias e mitos das aventuras de muitas mulheres que lutaram contra o assalto do inimigo. Filhas de reis e nobres, mulheres do povo. Praticamente nenhuma guerra foi travada sem alguma participação feminina.

E quando as teorias se desvanecem, as biografias conservam sua força. Durante os últimos anos, por meio de biografias e diários de viagem de mulheres que estão sendo publicados, podemos saber que muitas mulheres lançaram-se a aventura para lugares que ainda não constavam nos mapas.²

Mulheres piratas, guerreiras, amazonas têm fascinado as mulheres ao longo do tempo. Esta fascinação se fez visível na produção escrita que direta ou colateralmente entrou no debate social e literário da *Querelle des Femmes*.³ Neste debate, as mulheres tomaram voz a partir de posições muito diferentes, como escritoras, como matrocinadoras de obras escritas em defesa das mulheres e como leitoras, ou seja, como agentes ativos nos processos sociais de criação de sentido. No campo muito mais amplo da historia oral - espaço este em que as mulheres afirmaram durante séculos sua voz e sua escuta - estas fórmulas arquetípicas também encontraram enorme eco.

Em todos estes círculos femininos de produção, transmissão e recepção, as imagens das mulheres guerreiras ofereceram argumentos para a defesa do sexo feminino, para a afirmação de seu valor e a demonstração de sua capacidade para atuar em qualquer campo da ação humana.

Além disso, restaurar a autoridade das ações das mulheres guerreiras pode contribuir para a reconstrução do tecido heroico feminino debilmente representado e invisibilizado na cultura ocidental hegemônica.

Dessa forma, cabe pensar que muitas mulheres não apenas gostaram da leitura, da escuta ou repetição oral de histórias sobre mulheres guerreira, mas também viram nestes relatos moldes adequados para tornar visíveis e inteligíveis formas de experiência feminina, experiência que no campo de batalha requeria ser contemplada sempre no singular, com seus nexos significantes: circunstâncias e intenções. Essa pode ser uma maneira de entender, fora de apriorismos ou formulações rígidas, o compromisso das mulheres com a realidade que em cada momento lhes coube viver.

3. ALGUMAS PIRATAS

Durante séculos, mulheres nem tão loucas, nem tão excêntricas, contribuíram com suas viagens ao conhecimento geográfico e participaram em importantes acontecimentos históricos. Viajantes, exploradoras, navegantes, conquistadoras existiram na história da sociedade ocidental desde a antiguidade. Foram muitas as mulheres que assumiram o comando de exércitos e frotas. Rainhas valentes e independentes. Algumas foram heroínas militares e outras foram piratas. Desde a antiguidade existiram mulheres que viveram do roubo marítimo. Nos anais da pirataria – do mar mediterrâneo ao da China – estão escritos em letras de ouro dezenas de nomes femininos.

Mulheres que demonstraram como os mapas de ilhas remotas, os cofres com tesouros, ou roubos em alto mar, os sequestros e os assassinatos mais cruéis não são patrimônio exclusivo dos homens. Piratas, contrabandistas, bucaneras, corsárias, negreiras, chamemos como chamemos, existiram em todas as épocas, em todos os mares e de todos os extratos sociais. Muitas mulheres viveram no e do mar como pescadoras, comerciantes, assalariadas da marinha e formaram parte de tripulações de piratas, da população dos portos e dos refúgios de corsários. Muitas delas eram camponesas, expropriadas, delinquentes comuns, prostitutas e também ex-escravas. Algumas eram nacionalistas que lutavam contra a dominação estrangeira em seus países, perseguidas, renegadas e hereges.

O mediterrâneo não foi um mar exclusivamente masculino. Suas águas banharam as areias de muitas costas onde o roubo naval era praticamente monopólio de mulheres. Ainda hoje são frequentes nos povoados da costa mediterrânea histórias sobre tesouros ocultos e mulheres piratas.

2) Em seu livro *Wayward women*, publicado em 1990, Jane Robinson reuniu quatrocentos nomes de escritoras de viagem apenas de língua inglesa.

3) A *Querelle des Femmes*, foi um debate acerca da condição feminina tendo como aporte os quadros sociais característicos do humanismo, Reforma e Contra-Reforma e passou a ser simultaneamente agente e fruto das mudanças do período. Tal debate é considerado pela historiadora Joan Kelly (1975) como um tipo de feminismo germinal, no sentido original do termo e que tem como principais características a oposição dialética, a misoginia com base na ideia de gênero – de forma muito semelhante ao conceito atual – e a possibilidade de universalização da questão que se baseia numa concepção geral da humanidade, questionando a ideia universal de *humanitas* que não incluía o sexo feminino.

Uma delas vem da ilha grega de Skopelos, refúgio ideal para os piratas que tinham ali o lugar perfeito para suas abordagens já que os barcos que zarpavam do porto de salônica a caminho do Sul eram obrigados a fazer esta rota. Até hoje este golfo continua sendo um lugar ideal para que os navegantes se protejam dos ventos do norte. Foi neste lugar que Adrina, também conhecida como o terror do norte do Egeu atracou seu barco.

Conta a boa gente do lugar que muitos anos antes da chegada dos turcos, um barco pirata, comandado por uma mulher, atracou em uma ilha escondida. Adrina, a capitã, enviou seus homens a terra para saquear o povoado mais rico da ilha, enquanto ela esperava no barco. Para sua desgraça, o plano deu errado, pois os skopelitas souberam da incursão, planejaram uma emboscada e mataram todos os bandidos. Quando o único sobrevivente informou a Adrina sobre o desastre, a capitã tirou o tesouro do navio e afundou o barco no golfo. Depois subiu em um promontório e atirou-se ao mar. Desde então, o lugar se chama *Adrines*, pois a população vitoriosa, desejando perpetuar sua vitória, deu o nome da pirata à linda ilha onde a galera pirata ancorou. Diz a lenda que o tesouro de Adrina era enorme. Entre o tesouro estava uma porca de ouro que até hoje é motivo de busca tanto pelos habitantes quanto pelos turistas. (Parsons, 2000).

Se a história de Adrina é apenas mais uma entre muitas que fazem parte do escopo de contos populares mediterrâneos, vale lembrar que, uma dessas histórias sobre uma grande mulher pirata se converteu num dos grandes mitos da civilização ocidental pelas mãos de Virgílio na *Eneida*. (Balbín e Palencia, 1999).

A pirata a quem me refiro se chamava Elisa e foi a fundadora de Cartago, a Cidade-Estado que enfrentou Roma pelo domínio das terras que circundavam o mediterrâneo. Os cartaginenses, que nunca leram Virgílio, Ovídio ou a qualquer outro poeta “inimigo” a conheciam pelo nome de Tanit⁴ e a adoravam como grande deusa mãe que era.

Elisa, filha primogênita de Mutto(ou Belus) , rei da cidade fenícia Tiro. Foi casada com o tio Sychaeus (ou Acerbas). O pai ao morrer deixou o reino para os dois governarem, mas Pigmaleão, seu irmão, quis reinar sozinho e também cobiçava os tesouros do tio. Mata o cunhado e com um golpe de Estado, anuncia seu casamento com Elisa para obter os bens através da irmã a legítima herdeira. Elisa, no entanto - alertada em sonho pelo marido, contam alguns - decide fugir. Começa a arrumar suas coisas e reunir seu grupo dando a entender que iria se mudar para a casa do irmão. Satisfeito, Pigmaleão envia ajudantes. Mas Elisa os convence também a fugir com ela e os seus. O grupo foge até o porto, se apodera da frota tíria que se preparava para zarpar em uma missão comercial e iniciam sua viagem.

A primeira escala de Elisa foi em Chipre. A princesa destronada esperava que a gente do local a apoiasse, pois como seu nome dava a entender, ela era a deusa encarnada do país, afinal, Elisa e Chipre são sinônimos. (Bell, 1991). Entretanto, forçados a escolher entre Elisa e Pigmaleão, o povo optou pelo segundo e assim, ela teve que zarpar uma segunda vez.

Mas Elisa levou algumas coisas de Chipre. A primeira foi um nome novo. Decidiu que a partir daquele momento não responderia mais ao nome de Chipre, mas sim ao de Dido. Dido, nome pelo qual Elisa será lembrada significa, em fenício, ‘wanderer’[errante], “feminine warrior or heroine”, “brave maiden” (Bell,1991). A segunda, muito mais pragmática consistiu em levar algumas mulheres para se casarem com os rapazes do grupo e formarem a nova colônia.

Na costa da África ela compra de um chefe tribal, Jarbas, um pedaço de terra. Dido propõe comprar a terra que coubesse na pele de um touro. A Rainha então cortou o couro do animal em tirinhas estreitas e conseguiu o bastante para cercar toda a colina que ali ficava que depois disso foi chamada de Byrsa, “escondida”. Esse evento é comemorado na matemática: o “isoperimetric problem” que consiste em cercar o máximo de área dentro de limites fixos. É também denominado “Problema de Dido” no moderno Cálculo de variações⁵.

4) Tanit, a deusa lua, provável personificação da Grande Deusa Astarte (romana Juno)

5)É o mais antigo problema de que há registro que envolve máximos e mínimos e tem sido objeto de muitas generalizações ao longo dos tempos. Cf. “A Dido Problem as modernized by Fejes Toth” <http://www.cs.nyu.edu/faculty/siegel/D33.pdf>

Ali funda *Kart Hadasht* ou 'nova capital', mais tarde conhecida como Cartago, em 814 A.C, mais ou menos um século antes das cidades que serão rivais desta: Siracusa e Roma. A cidade prosperou rapidamente, muitas pessoas vieram se juntar aos primeiros habitantes. Dido reinou por muitos anos, e a próspera Cartago tornou-se uma República.

Jarbas, o chefe tribal que lhe vendera a área, começou a ficar enciumado e acabou pedindo a mão de Dido em casamento. Ela não queria se casar. Jarbas chama dez dos mais nobres cartagineses e lhes diz que ou se casa com ela ou irá declarar guerra à cidade.

Ao voltarem, não ousam informar a rainha sobre a ameaça e lhe dizem que Jarbas pedira-lhes que enviassem mestres para ensinar aos líbios as artes da civilização. Eles expressaram dúvidas quanto a alguém querer ir. Foram censurados por Dido que lhes disse que todo cidadão deveria estar disposto a sacrificar qualquer coisa, até sua vida, pelo bem de sua cidade.

Antes de Virgílio o mito retratava Dido como mulher de valor, fiel aos seus, corajosa, honrada, modelo de liderança. Alguém que sabe calcular o uso das palavras e das ações visando determinados fins.

Na *Eneida* remodela a estória, faz Dido contemporânea de Eneias cujos descendentes irão fundar Roma. E a torna uma heroína da paixão: primeiro por ser fiel ao marido morto, depois por se suicidar atirando-se numa pira de fogo ao ser abandonada por Enéias.⁶

Desse modo, de uma heroína grandiosa ela se torna uma mulher chorosa por um amor não correspondido. Ao morrer, amaldiçoa os troianos provendo assim uma origem mítica para as guerras Púnicas.

Segundo Ovídio, (apud, Silva, 2008: 79), Dido escreveu uma carta para Enéas no momento em que sobe a pira. Na carta, tenta persuadir Enéas a ficar em Cartago e propõe que ele aceite o tesouro como parte de um dote generoso.

Durante milênios a estória do tesouro de Dido circulou pelo Mediterrâneo e muitas expedições foram feitas - inclusive pelos romanos - para encontrá-lo.

Na Divina comédia, Dante enxerga a sombra de Dido no segundo círculo do Inferno, ao qual ela foi condenada (devido a sua luxúria devoradora) a ser eternamente crestada em um redemoinho ardente. Durante o regime fascista sua figura foi demonizada, como figura anti-romana, mas principalmente porque juntava no mínimo três outras qualidades femininas desagradáveis: virtude feminina, origem étnica semítica e civilização africana. Seu nome e sua memória eram temidos. (Doria, 2001).

Adrina e Dido. Estórias e Mitos de aventura e de coragem femininas tão incríveis e surpreendentes quanto a de outras três rainhas piratas da Antiguidade como Artemísia, Artemísia II e Teuta.

No século I no mar báltico e no mar do norte, os antepassados dos vikings também praticaram a pirataria em grande escala e claro, não faltaram mulheres. Como Alvilda, a princesa guerreira sueca, cuja vida é narrada por um monge do século XII. Ele conta que, para não casar-se fugiu de casa, reuniu uma tripulação feminina e tornou-se uma guerreira do mar. A saga conta que as mulheres chegaram a um lugar um grupo de piratas estava lamentando a morte de seu capitão e que ao verem Alvilda ficaram tão impressionados com sua valentia que pediram a ela que os comandasse. Ou talvez tenha encontrado um navio vazio e sem vigilância e simplesmente o levou.

Naqueles tempos a lei dinamarquesa estipulava que os navegantes podiam ficar com qualquer objeto que encontrassem no mar, inclusive os navios. Alvilda saqueou tantos barcos no mar Báltico que o rei enviou muitas frotas até conseguir prendê-la. A saga termina quando um dos pretendentes rejeitados, a encontra vestida de homem e casa-se com ela. (Stanley, 1996).

Na idade média, a partir do século VI as croatas compartilharam o protagonismo com as vikings entre as quais estava a filha de Erik, o vermelho Freydis, Sigrid, a soberba ou Rusla.

Também havia piratas de outras nacionalidades como alemãs e francesas. Entre estas últimas cabe mencionar Jeanne de Clisson que no século XIV, tornou-se corsária para vingar a honra da família. Casada

6) Em algumas tradições ela era parcialmente uma deusa da fertilidade e na Líbia os deuses da fertilidade eram sacrificados sendo colocados em uma pira em chamas.

com um conde bretão e mãe de dois filhos, sua vida transcorria comodamente até que Felipe VI acusou seu marido de alta traição e mandou decapitá-lo.

Clisson não esperou seus filhos crescerem para consumir a vingança. Aproximou-se de Eduardo III da Inglaterra – em plena guerra dos cem anos – que lhe deu três barcos e três patentes de corsária. Rapidamente ficou conhecida como a Leoa Sanguinária e se converteu no pesadelo de Felipe VI. Com a espada em punho, dedicou-se a arrasar e queimar povoados normandos. Suas abordagens tornaram-se lendárias. Contam as estórias que seus barcos eram negros, sua bandeira vermelha como o sangue e que a Leoa não tinha nenhuma piedade. Quando os navios de Felipe IV conseguiram – depois de muitas horas de uma batalha sangrenta – derrotar os corsários de Clisson, ela já havia escapado com seus dois filhos em uma pequena embarcação e durante dias vagou pelo mar sem água nem comida. Seu filho caçula morreu no mar e o maior com o tempo acabaria se tornando aliado do assassino de seu pai. (Snow, 2000).

Chegada a Idade Moderna, o Mediterrâneo era outra vez um mar de piratas. A literatura faz eco de suas façanhas, por exemplo, em Cervantes que conta histórias – fictícias ou baseadas em realidades difusas - de piratas espanholas, italianas, mouras, enquanto que a área de Tetuán, cidade ao norte do Marrocos era feudo corsário de uma sultana do século XVI de nome Sayyida al-Hurra. (Mernissi,2003) Muito mais ao norte, na Inglaterra isabelina, Lady Killigrew, integrante de uma das mais famosas famílias de piratas, colocava em prática o que melhor sabiam fazer os seus: roubava barcos. (Snow, 2000)

Também nessa época viveu a irlandesa Grace O'Malley cujo verdadeiro nome em gaélico era Grainne Ni Mhaille, pertencia a pequena nobreza que remontava ao século XII e era anti inglesa, pois sua família não havia rendido vassalagem a Enrique VIII. Nascida em 1530, falava gaélico e muito mal o inglês. Oficialmente cristã, conservava a religião druídica por cujos ritos se casou duas vezes. Participava junto a seu pai nas lutas dos clãs e famílias irlandesas e era uma marinheira como poucas. Entre 1550 e 1600 foi uma pirata temida e tida como sanguinária. Possuía uma grande frota com a qual atacava as populações costeiras da Inglaterra e assaltava barcos, incluindo os turcos e os espanhóis.

Isabel I da Inglaterra ofereceu 500 libras por sua cabeça. Foi capturada duas vezes e duas vezes escapou. Nos últimos anos de vida, pediu e obteve da rainha um acordo pelo qual esta aceitava suas reclamações de terras e lhe concedia o perdão, convertendo-se assim em sua aliada. Seu castelo ainda pode ser visto na ilha de Claire. Dizem que morreu fazendo o que mais gostava: atacando um navio.⁷ Talvez Grace O'Malley pensasse como Ella Maillart – viajante que conheceu muitas estradas – “*A melhor maneira de se desfazer de um desejo obsessivo é realiza-lo!*”(apud Lapierre, 2007).

Pode-se dizer que o sexo tinha um papel secundário na imensa maioria das organizações piráticas, porque ao contrário do que ocorre na atualidade, o poder político e econômico não residiam no indivíduo - qualquer que fosse seu sexo - mas na família. Uma mulher que pertencesse a um grupo de parentesco dominante possuía uma autoridade impensável para um homem de outra família.

A maioria das mulheres estava subordinada a seus esposos, mas jamais se inclinavam ante seus filhos. Em muitas sociedades pré- capitalistas o mando, o carisma e a autoridade dependiam mais da idade do que do sexo. A viúva do patriarca se convertia automaticamente em matriarca e comandava com mãos de ferro os destinos de homens e mulheres mais jovens até que falecia, dando passagem assim para que o homem maior de idade passasse a comandar o grupo. Nestas sociedades, a presença de mulheres no poder, são exemplos da regra, não da exceção.

Frente a esse modelo, que poderíamos chamar de mediterrâneo, existia o modelo atlântico no qual a mulher tinha mais autonomia e poder de decisão. Neste tipo se encontram as piratas escandinavas, bretãs e irlandesas. Trata-se de zonas “mal romanizadas” ou tardiamente cristianizadas. Regiões onde a civilização ocidental – o direito romano, o cristianismo, a filosofia misógina etc.. – se mesclou com pautas culturais prévias. As sociedades tradicionais, incluindo as piráticas, perderam terreno frente a cultura dominante – a ocidental – à medida que transcorria o tempo, e seus modos, usos e costumes foram perseguidos e aniquilados.

7) <http://www.rootsweb.ancestry.com/~nwa/grace.htm>.

Na introdução de sua história geral da pirataria Daniel Defoe, autor de *Robinson Crusoe* fala da luta dos romanos contra o roubo aquático; enaltece os roubos dos corsários ingleses porque suas vítimas espanholas eram negligentes e corruptas e finaliza clamando contra o mecenato do roubo aquático exercido pelos reis da dinastia dos Bourbon:

(...) concedem comissões a um grande número de buques de guerra, com o pretexto de impedir o comércio fraudulento, com ordem de apressar todos os barcos ou navios que encontrem dentro das cinco léguas de sua costa, o que os nossos buques ingleses não podem evitar em suas viagens a Jamaica. E se os capitães espanhóis se excedem neste cometido e roubam e saqueiam, se permite que as vítimas apresentem suas queixas e acudam aos tribunais e depois de grandes gastos nos pleitos, demoras e outros inconvenientes, talvez consigam uma sentença a seu favor. Quando vão reclamar o barco e a carga, descobrem para sua consternação que tudo foi previamente confiscado e repartido. (Defoe, 2006:62).

Para Defoe, fiel defensor do capitalismo e de seu modelo familiar baseado na subordinação da mulher, o livre comércio, o Estado-nação e a economia capitalista eram incompatíveis com a pirataria, tanto no aspecto econômico quanto social. Daí a demonização que fez de Bonny e Read,⁸ duplamente monstruosas por serem mulheres livres e piratas.

Que vínculos unem estas piratas às mulheres aventureiras, viajantes, exploradoras da terra ou do mar? Através do espaço e do tempo o que têm em comum estas mulheres de personalidades tão diferentes? A capacidade de saber reconhecer seu instinto e reafirmar seu desejo. Não deixaram que nada, nem ninguém – nenhuma ideia, nenhum medo – as apartassem do essencial e lhes despojassem de sua alma. Atreveram-se.

8) Anne Bonny y Mary Read,(sec. XVII) são as duas mulheres piratas mais conhecidas. Suas vidas inspiraram vários livros e filmes. Cf. o livro de Tamara Eastman y Constance Bond: *The Pirate Trial of Anne Bonny and Mary Read*. Cambria: Fern Canyon Press, 2000.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balbín, R. e Palencia F., *Infelix Dido*, Madrid, Clasicas, 1999.
- Bell, R., *Women of Classical Mythology. A biographical dictionary*. New York: Oxford University Press, 1991.
- Cid López, R. M., “Egeria, peregrina y aventurera. Relato de un viaje a Tierra Santa en el siglo IV”., *Arenal. Revista de historia de las mujeres*. 17: 1(2010) pp.5-31.
- Doria Martín, C. De Amor y muerte, ¿Reflejo de un mismo espejo? In: *Espéculo. Revista de estudios literarios*, Universidad Complutense de Madrid, 2001. Internet: 02-03-2012
In: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero19/amorym.html>
- Defoe, D., *Historia general de los robos e asesinatos de los más famosos pirata*, Madrid, Valdemar, 2006.
- Duby, G., *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- , *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, 2ª ed. Lisboa-Portugal, Ed. Estampa, 1994.
- Eberhard, I., *Hacia los Horizontes Azules*, Barcelona, Ed. Terra Incognita, 2000.
- Eastman, T. y Constance B.. *The Pirate Trial of Anne Bonny and Mary Read*, Cambria, Fern Canyon Press, 2000.
- Kelly, J., “Early feminist theory and Querelle des Femmes, 1400-1789”. In: *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Chicago, University of Chicago Press. 8:1 (1982), pp.3-28.
- Lapierre, A., *Grandes Aventureras 1850-1950*, Barcelona, Blume, 2007.
- Johnson, B., *A World of Difference*, Baltimore, Johns Hopkins University Press. 1987.
- Mernissi ,F., *Las Sultanas Olvidadas*, Barcelona, Editora Aleph, 2003.
- Parsons, H., *Skopelos Trails. A Nature & Walking Guide to Skopelos*, Skopedos, Nissides Publishing house, 2000.
- Robinson, J., *Wayward Women*, Oxford, Oxford Press, 1990.
- Sainz de Robles., *Ensayo de un Diccionario de mujeres celebres*, Madrid, Ed. Aguilar, 1959.
- Silva de Faria, M. R., *O trágico nas Heroídes de Ovidio*. UFRJ, Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Letras clássicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. 2008.
- Showalter, E., *Mujeres Rebeldes. Una Reivindicación de la herencia intelectual feminista*, Madrid, Espasa Calpe, 2002.
- Snow, E. R., *Women of the sea*, New York, Dood, Mead and Co. Souza, 2000.
- Stanley, J., *Bold in Her Breeches, Women Pirates across the Ages*, London, Pandora Press, 1996.
- Virgilio *Eneida* in: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eneida.html#4>

Sites de interesse:

<http://www.atosdois.com.br/print6.php?titcod=4342> : <http://www.cs.nyu.edu/faculty/siegel/D33.pdf>,
<http://www.rootsweb.ancestry.com/~nwa/grace.htm>. <http://www.bonaventure.org.uk/ed/deberry.htm>

